

Lei Ordinária nº 898/1991

Institui o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências.

O Sr. Victor Hugo Ferreira Rosa, Prefeito Municipal de Camapuã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei: Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Publicada em 10 de julho de 1991

Capítulo I -

Dos Objetivos

- **Art. 1°. -** Fica instituído o Conselho Municipal de Saúde CMS, em caráter permanente, como órgão deliberativo do Sistema Único de Saúde SUS, no âmbito Municipal.
- Art. 2°. Sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, são competências do CMS:
- I definir as prioridades da saúde;
- II estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Saúde;
- III atuar na formação de estratégias e no controle de execução da política de saúde;
- IV propor critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo
 Municipal de Saúde, acompanhado a movimentação e o destino do recurso;
- **V** acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de saúde prestados à população pelos órgãos e entidades públicas privadas integrantes do SUS no Município;
- **VI -** definir critérios de qualidade de funcionamento dos serviços de saúde públicos e privados no âmbito do SUS;
- **VII -** definir critérios para celebração de contratos em convênios entre o setor público e as entidades privadas de saúde no que tange à prestação de serviços de saúde;
- VIII apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;
- **IX** estabelecer diretrizes quanto a localização e o tipo de unidades prestadoras de serviços de saúde públicos e privados, no âmbito do SUS;

- X elaborar seu regimento interno;
- XI outras atribuições estabelecidas em normas complementares;
- XII estabelecer horários de expediente dos prestadores de serviços, expondo-o em local adequado.

Capítulo II -

Da Estrutura e do Funcionamento

Seção I -

Da Composição

Art. 3°. - O CMS terá a seguinte composição:

۱-

Do Governo Municipal

Representante da Secretaria de Saúde ou Órgão equivalente,

Representante da Secretaria de finanças,

Da Secretaria de Educação e Cultura□

Da Secretaria de Viação e Obras Públicas

Da Secretaria de Promoção Social e Assistência;

II - Dos Prestadores de Serviços Públicos e Privados:

Representantes do Posto de Saúde

Do Posto de Saúde Do Distrito de Figueirão

Da Sociedade de Proteção à Maternidade e Infância de Camapuã/MS

Do Sindicato Rural de Camapuã

Representantes do SUS no âmbito Estadual ou Federal existente no Município

Representantes de Entidades Filantrópicas sediadas no Município

III - Dos Centros de Formação de Recursos Humanos para a Saúde:

Representantes das Escolas, Faculdades, Universidades sediadas no Município;

IV - Dos Usuários

Representantes das Entidades ou Associações Comunitárias,

Dos Sindicatos e Entidades Patronais,

Sindicatos e Entidades dos Trabalhadores.

§ 1°. -

A cada titular do CMS corresponderá um suplente.

- § 2°. Será considerada como existente, para fins de participação no CMS, a entidade regularmente organizada.
- § 3°. O número de representantes de que trata o inciso IV do presente artigo não será inferior a 50% dos membros do CMS.

Art. 4°. - Os membros efetivos e suplentes do CMS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação:

1 -

Da autoridade estadual ou Federal correspondente, no caso da representação de órgãos Estaduais e Federais;

II -

Das respectivas entidades nos demais casos.

- § 4°. na ausência ou impedimento do Secretário Municipal de Saúde a Presidência será assumida pelo seu suplente.
- Art. 5°. O CMS reger-se-á pelas seguintes disposições, no que se refere aos seus membros:
- I O exercício da função de conselheiro não será remunerada, considerando-se como serviço público relevante;
- II Membros do CMS serão substituídos caso faltem, sem motivo justificado, a 03 reuniões consecutivas ou 06 intercaladas no período de 01 ano;
- **III -** Os membros do CMS poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade ou autoridade responsável apresentada ao Prefeito Municipal.

Seção II -

Do Funcionamento

- Art. 6°. O CMS terá seu funcionamento regido pelas seguintes normas:
- I O órgão de deliberação máxima é o Plenário;
- II as Sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada 02 meses e extraordinariamente quando convocados pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros;
- III para a realização das sessões será necessária a presença da maioria absoluta dos membros da CMS,
 que deliberará pela maioria dos votos presentes;
- IV cada membro do CMS terá direito à um único voto na sessão plenária;
- **V -** as decisões do CMS serão consubstanciadas em resoluções.
- **Art. 7°. -** A Secretaria Municipal de Saúde prestará apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMS.
- **Art. 8°. -** Para melhor desempenho de suas funções, o CMS poderá recorrer as pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

- I Consideram-se colaboradores do CMS, instituições formadoras de recursos humanos para a saúde e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de saúde, sem embargo de sua condição de membros;
- II poderão ser convidados pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMS em assuntos específicos;
- **III -** Poderão ser criadas Comissões internas, constituídas por entidades membros do CMS e outras instituições, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.
- **Art. 9°. -** As sessões plenárias ordinárias e extraordinárias deverão ter divulgação ampla e acesso assegurado ao público.
- **Parágrafo único. -** As resoluções do CMS, bem como os temas tratados em Plenário, reuniões de diretoria e comissões deverão ser amplamente divulgadas.
- Art. 10°. O CMS elaborará seu Regimento Interno no prazo de 60 dias após a promulgação desta Lei.
- **Art. 11°. -** Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir crédito especial no valor de Cr\$ 200.000,00, para prover as despesas com a instalação do Conselho Municipal de Saúde.
- Art. 12°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Prefeitura Municipal de Camapuã, 10 de julho de 1991.

Victor Hugo Ferreira Rosa

Prefeito Municipal